

TRABALHOS DE PESQUISAS

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: “VERDADE OU CONSEQUÊNCIA?”

Mariana Braga Alves de Souza Neves¹; Cândido Alberto da Costa Gomes²

SEXUALITY EDUCATION: “TRUTH OR CONSEQUENCE?”

Resumo: Os esforços do setor de educação para diminuir os comportamentos sexuais de risco de adolescentes e jovens ainda são insuficientes e esbarram em preconceitos relacionados à educação em sexualidade. A população de 10 a 24 anos de idade está vulnerável estrutural e socialmente à gravidez, orientação sexual e de gênero, violência sexual, discriminação racial e étnica, violência velada e simbólica dentro e fora da escola. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa para analisar as percepções dos estudantes e professores de um centro educacional de ensino médio do Distrito Federal ante as estratégias de educação em sexualidade. Optou-se por um estudo de caso, triangulando as técnicas da observação, análise documental, entrevista estruturada e grupo focal. O Centro Educacional objeto deste estudo desenvolve ações sobre essas temáticas há mais de uma década. Apesar do projeto se mostrar exitoso na percepção adolescente e juvenil, ainda caminha com dificuldades, seja pela ausência no projeto educativo, seja pela perspectiva do encerramento quando a professora líder deixar a escola. Os principais resultados foram: não houve aumento das práticas sexuais em virtude da inclusão dos temas de educação em sexualidade na escola, ao contrário dos temores de parte dos adultos; a maioria dos alunos considera importante o acesso ao preservativo na escola; o episódios de gravidez se reduziram significativamente; ampliou-se o diálogo entre pais e filhos sobre sexualidade; estabeleceu-se maior relação da escola com o serviço de saúde e reduziu-se na escola a discriminação contra os temas de sexualidade.

Palavras-chave: educação em sexualidade; juventudes; HIV/AIDS; gravidez adolescente; ensino médio

Abstract: The efforts of the Education Sector to reduce sexual risky behaviors among adolescents and young people are still insufficient and meet obstacles such as prejudices related to Sexuality Education. The adolescents and youth (10 to 24 years old) are structurally and socially vulnerable: pregnancy, sexual orientation, gender, sexual violence, racial and ethnic discrimination, symbolic violence inside and outside the school. In this sense, we developed a case study to analyze students' and teachers' perceptions related to sexuality education at a high school Educational Center on the Federal District. We opted by a case study, based on triangulation methodology and techniques of observation, document analysis, structured interviews and focus groups. The above-mentioned Educational center implements actions related to sexuality education for more than a decade. Although the project is successful for teen and youth perceptions, there are some ongoing difficulties, due to the lack of reference at the educational project, or to the perspective that these actions may be discontinued once the leading teacher leaves the school. The main results were: there were no increase in sexual practices due to the inclusion of sexuality education in the school subjects; most students consider important access to condoms at school; teen pregnancy cases decreased; expanded the dialogue between parents and their children about sexuality; the relation between school and local health service increased and it was reduced school discrimination against sexuality issues.

Keywords: sexuality education; youth; HIV/AIDS; teenage pregnancy; high school.

¹Psicóloga formada em Brasília. Pós-Graduação, MBA, em Gerência de Qualidade (2011) e aperfeiçoamento em Planejamento e Análise da Educação pelo Instituto de Educação (IIPE) da Unesco de Buenos Aires. Especialista em Sexualidade e mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB, 2015) com pesquisas na área de concentração de educação em sexualidade, gênero e diversidade sexual. E-mail: ma.souza@unesco.org e marianabraga73@gmail.com

²Sociólogo e doutor em educação. Foi assessor legislativo concursado do Senado Federal. Professor titular da Universidade Católica de Brasília. E-mail: candidoacg@gmail.com

Introdução

Sexualidade é assunto sério, embora se preste a todo o tipo de brincadeiras, como a da “verdade ou consequência”, isto é, uma espécie de jogo da verdade entre adolescentes, que optam entre responder ou pagar uma penalidade. No século XXI ainda existem países, sistemas de ensino, escolas, professores e famílias que evitam o assunto, assim se propondo a pagar a respectiva pena. O resultado é o despreparo de adolescentes e jovens em lidar com a própria sexualidade, incluindo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez e a reprodução de estereótipos e preconceitos. A sexualidade é assunto prioritário para adolescentes e jovens. Provoca debates, polêmicas, interesse e atenção. A escola deve ser um espaço laico para a melhor formação do indivíduo e de sua saúde. Não adianta esconder, fugir e evitar o assunto. Melhor enfrentá-lo e garantir informação qualificada. Fortalecer a população com conteúdos científicos de educação em sexualidade significa sinalizar a implementação de ações que, inclusive, reduzam a violência sexual de crianças e adolescentes, a discriminação e o preconceito, bem como as taxas de gravidez na adolescência. Trata-se de estratégias de educação baseadas em Direitos Humanos. Esse é o objetivo desta pesquisa, um estudo de caso sobre uma escola de ensino médio do Distrito Federal, onde a ES, apesar dos obstáculos há mais de uma década, alcança resultados positivos, é bem aceita por alunos e famílias, porém apresenta escassa sustentabilidade, ligada que é a uma só liderança, sem apoio suficiente de colegas e gestores.

É fato que a atual geração de adolescentes e jovens tem acesso a estratégias de educação em sexualidade (ES) na escola que, em conjunto com processos formativos de valores, lhes garantam informações para a tomada de decisões, com autonomia e responsabilidade, a respeito de sexualidade, gênero, adolescência e direitos? A população de adolescentes e jovens de 10 a 24 anos, apesar da enxurrada de informação a que tem acesso, está vulnerável estrutural e socialmente à gravidez, opressão sexual e de gênero, violência doméstica sexual, discriminação racial e étnica, violência velada e simbólica dentro e fora da escola, inclusive bullying por esses temas (NEVES; GOMES, 2014). Há poucos espaços coletivos de interlocução para tratar dessas temáticas. Trata-se, portanto, de uma questão estratégica para o presente e o futuro.

Os principais marcos legais brasileiros de educação, além dos internacionais dos quais o Brasil é signatário, estabelecem garantia de acesso às estratégias de educação em sexualidade, por outro lado, percebe-se pelos dados oficiais e pelas práticas pedagógicas que nem sempre essas estratégias se efetivam nas escolas.

Educação em sexualidade

O documento *Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade* (UNESCO, 2010) consiste em estimular a inclusão no currículo da educação básica dos conteúdos de ES por faixa etária, estabelecendo-a como:

Uma abordagem apropriada para a idade e culturalmente relevante ao ensino sobre sexo e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente corretas, realistas e sem pré-julgamentos. A educação em sexualidade fornece oportunidades para explorar os próprios valores e atitudes e para desenvolver habilidades de tomada de decisão, comunicação e redução de risco em relação a muitos aspectos da sexualidade. (UNESCO, 2010, p. 10)

O documento baseia-se na premissa de que a sexualidade é um aspecto fundamental da vida humana, possuindo dimensões físicas, psicológicas, espirituais, sociais, econômicas, políticas e culturais. Portanto, não pode ser compreendida sem uma referência de gênero e de diversidade.

Considerando os aspectos culturais, é fundamental destacar que, em determinadas regiões e culturas, alguns comportamentos podem ser aceitáveis e em outras localidades, inaceitáveis. Neste contexto, é importante considerar que, conquanto o comportamento seja considerado inadequado, isso não o exclui das discussões no contexto da ES.

Esther Corona (2014), psicóloga mexicana, trouxe à tona a questão dos termos de utilização de ES. Questionou o termo educação em sexualidade, educação integral de, em, para... a sexualidade. Entendeu que, quando se fala de educação integral para a sexualidade e educação em sexualidade, ou, no inglês, *comprehensive sexuality education*, fala-se dos mesmos conceitos. Portanto, considerou ES como um processo que pode ser formal ou informal, em que se adquirem conhecimentos e

se formam atitudes e valores em relação à sexualidade em todas as formas de suas manifestações. Ou seja, desde aspectos biológicos e de reprodução, a erotismo e identidade de gênero e representação social.

Assim, a ES precisa ser um processo sistemático, intencional e permanente dirigido a promover e criar conhecimentos, atitudes e comportamentos necessários para viver a sexualidade de modo responsável, pleno, autônomo, gratificante e construtivo. A educação integral da sexualidade pode ser uma via para promover:

- a igualdade de gênero e a autonomia da mulher;
- prevenção da gravidez em meninas muito jovens;
- exercício dos direitos sexuais e reprodutivos;
- redução da mortalidade infantil e materna;
- prevenção do aborto;
- não violência e a não discriminação;
- prevenção do HIV/AIDS e outras DST;
- melhor qualidade de vida para o homem, a mulher, a família e a sociedade (CUBA, 2012).

Para uma formação integral dos estudantes é importante que sejam desenvolvidas estratégias de educação em saúde de forma integrada e integral na escola, uma vez que esses elementos estão presentes durante todo o desenvolvimento humano. Em face da histórica desarticulação entre os setores de educação e saúde, a escola se coloca como depositária de inúmeras demandas sociais, sem garantir estratégias e ações de educação em saúde que protejam crianças, adolescentes e jovens.

Corona (2014), ainda, incorpora as dimensões de gênero, orientação e identidade sexual, assim como a identificação das especificidades de cada ciclo do desenvolvimento humano, associado a um conjunto de valores éticos, respeitando e celebrando a diversidade (sexual, cultural e étnica). Com isso, supera o olhar historicamente vinculado só às questões reprodutivas para adquirir um enfoque positivo da sexualidade: reconhecendo o papel do prazer, considerando as diferentes faces da sexualidade: biológica, psicológica, sociológica e antropológica, entre outras.

A sexualidade, além de elemento fundamental da condição humana, deve ter suas diferentes expressões consideradas à luz dos direitos humanos. A todo cidadão deve ser assegurado o direito ao livre exercício de sua sexualidade (BRASIL, 2006):

- direito de acesso à educação com base na igualdade de oportunidades e livre de qualquer discriminação;
- direito a uma educação de qualidade com base em um currículo abrangente, inclusivo e relevante, em ambientes lúdicos, seguros e saudáveis.
- direito ao respeito no ambiente de aprendizagem; de identidade, integridade e participação e livre de todas as formas de violência. (UNESCO, 2013)

A educação escolar democrática, inclusiva e plural, possibilita a construção de uma escola com mais qualidade e equidade, compromissada com as várias funções sociais e políticas. A exigência de apropriação, em seu projeto político pedagógico, de conhecimentos e valores que contribuam para a valorização da vida, a formação integral e o exercício da cidadania coloca-se como condição para o desempenho desse papel.

Altmann (2009) reforça que há uma contradição entre o trabalho desenvolvido pela escola e as políticas públicas. O tema de reprodução é o que vem sendo enfatizado pelas escolas e o que justamente as políticas públicas querem evitar. Em outras palavras, para a escola a relação sexual acaba constantemente vinculada à reprodução, mesmo que seja no sentido de evitá-la.

Metodologia

O presente artigo relata a experiência de pesquisa de um estudo de caso para descrever em profundidade as concepções e comportamento da população adolescente e jovem que participa de ES em um centro educacional (CED) do Distrito Federal. A pesquisa fez uma avaliação exploratória, utilizando metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa. O estabelecimento de nível médio desenvolve regularmente ações de ES há mais de dez anos. Além da aplicação de questionário exploratório aos alunos, realizaram-se entrevistas individuais semiestruturadas e grupos focais. Aos professores aplicaram-se questionários exploratórios. Com o professor coordenador da iniciativa de ES foi realizada entrevista semiestruturada. Afora estas técnicas, foi realizada observação não sistemática.

O questionário para estudantes abordou o comportamento, o acesso à informação sobre sexualidade e as percepções da aprendizagem. Focalizou, ainda, a comparação entre o conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis, práticas sexuais, uso de drogas e violência. A perspectiva sobre drogas foi con-

siderada apenas como elemento promotor de vulnerabilidade individual do pesquisado. Por sua vez, o questionário para os professores coletou opiniões e nível de satisfação dos entrevistados sobre o projeto desenvolvido pela escola.

Políticas públicas de educação em sexualidade

A partir do registro do primeiro caso de AIDS no Brasil, em 1982, o país atentou à nova epidemia e, em 1995, 13 anos depois, construiu uma política de ES na escola com foco na prevenção do HIV. O Projeto Escolas, iniciativa dos Ministérios da Saúde e da Educação para formar professores e orientadores pedagógicos presencialmente e por meio do programa "Salto para o Futuro", atingiu aproximadamente 250 mil professores e mais de 9 milhões de alunos do ensino fundamental e médio.

Em 2003, foi desenhado e implementado por ambos os ministérios, com apoio de agências das Nações Unidas (Unesco, UNFPA e Unicef) e participação de adolescentes e jovens, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Essa iniciativa teve seu foco nas estratégias de ES, relações de gênero, prevenção do HIV e de outras DST e previa a articulação intersetorial, por meio da organização de grupos gestores intersetoriais e pela garantia da formação conjunta de profissionais de educação e saúde, bem como jovens. A ação incluía também a elaboração e a distribuição de materiais pedagógicos, bem como a disponibilização de preservativos em escolas que trabalhassem com os temas da educação em sexualidade³. O projeto foi inserido no Programa Saúde nas Escolas (PSE) em 2007 (BRASIL, 2007).

A pesquisa de avaliação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, desenvolvida pela Unesco em 2014, revelou que em maior ou menor grau o projeto foi implementado nas unidades escolares pesquisadas. Estavam sendo realizadas ações e atividades direcionadas aos alunos no âmbito da prevenção e educação em sexualidade (LOMBARDI, 2014).

Na perspectiva de avançar para a implementação de ações de ES na escola, há que se considerar, também, as observações de Foucault (1988):

É necessário deixar bem claro: não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. Todos esses elementos negativos – proibições, recusas, censuras, negações – que a hipótese repressiva agrupa num grande mecanismo central destinado a dizer não, sem dúvida, são somente peças que têm a função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder, numa vontade de saber que estão longe se de reduzirem a isso. (FOUCAULT, 1988, p. 17)

A Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal lançou, em 2014, o *Currículo em Movimento da Educação Básica*. O novo instrumento preconiza a inclusão dos seguintes eixos transversais para a construção dos currículos escolares: educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos, e educação para sustentabilidade. Com diretrizes curriculares que garantem a efetividade dos direitos humanos, além do acesso e permanência na escola de grupos sociais mais vulneráveis, o documento descreve a realidade de exclusão:

(...) além de negros e indígenas, outros grupos sociais, como mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis (LGBT), camponeses sem terra, quilombolas, ciganos, comunidades tradicionais foram engrossando as parcelas dos excluídos no país e sendo preteridos nos processos de construção da nação. (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Ao eleger estes eixos transversais, o currículo contempla narrativas e atores historicamente negligenciados. Nesta perspectiva, o documento descreve alguns pressupostos teóricos para a efetivação do currículo no DF, quais sejam:

- Reconhecer a existência da exclusão no ambiente escolar.
- Repudiar toda e qualquer atitude preconceituosa.

³Disponibilização de preservativo representa a garantia de acesso ao insumo de prevenção dentro da escola que desenvolve a temática, sem que ele seja de fato distribuído. Ou seja, cabe ao adolescente e jovem retirá-lo quando necessário. Não deve haver controle sobre a retirada do preservativo. Entende-se por distribuição de preservativos quando esse é entregue a cada aluno.

osa e discriminatória. (...)

O trabalho concomitante com as questões de gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais é oportuno e necessário (...). Nesse sentido, ao se sobreporem às diferentes desigualdades, acabam por serem reforçadas, formando um universo de subcidadãos e subcidadãs. (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Há uma grande dificuldade de integração entre os setores de educação e saúde. Os profissionais dessas áreas percebem que um trabalho integrado representa uma sobrecarga, além da necessidade de enfrentar a burocracia e o despreparo institucional (PENSO, 2013). Em outras palavras, há um distanciamento entre os marcos legais estabelecidos e a rotina pedagógica e de saúde dos escolares.

Resultados e Discussão

Seguindo a tendência nacional, a maioria dos estudantes participantes dessa pesquisa pertence ao sexo feminino (56,35%). O grupo etário mais significativo foi o de 16 anos de idade, no entanto, os grupos de 16, 17 e maiores de 18 anos apresentaram percentuais bastante próximos. A distorção idade-série da pesquisa foi de 23,8%, inferior à taxa da escola de 42,0%. O maior percentual de autodeclaração de cor foi observado no grupo de pardos, com 53,4%. As divergências por gênero foram percebidas na autodeclaração da cor preta. A maioria das meninas não se reconhece "preta" e se autodeclarou parda. A maioria dos estudantes se declarou solteira (96,4%).

Quase três quartos dos estudantes informaram não trabalhar (72,5%), no entanto, destaca-se que 27,5% desenvolviam algum trabalho. Os dados acompanham a tendência nacional dos homens trabalharem mais cedo do que as mulheres (NEVES; ALENCAR, 2014).

A maioria se declarou católica (44,0%) ou evangélica/protestante (37,7%). Não houve divergência entre os sexos para a religião católica, enquanto para a religião evangélica a maioria de praticantes era feminina. Entre aqueles que declararam não ter religião, a maioria era do sexo masculino.

Ao contrário dos estudantes, a maioria dos professores respondentes se constituiu de homens (57,1%), apesar de a maioria dos docentes da escola ser formado por mulheres. O grupo etário mais significativo foi o de professores entre 41 e 50 anos com 42,9%. Os grupos de 30

a 40 anos e mais de 51 anos totalizaram 28,6%. No quesito raça/cor, os homens se percebem mais pretos (33,3%) e as mulheres mais pardas (33,3%). A maioria dos professores tinha entre seis e dez anos de sala de aula com 42,9%. Apenas 28,6% trabalhavam havia menos de cinco anos nessa escola. Entre os professores, a maioria se declarou católica (60,0%) ou evangélica/protestante (20,0%).

A professora coordenadora da ES tem formação em Biologia e Matemática, é especialista em educação sexual e sexologia. É docente nessa escola desde 1998. A partir de uma pesquisa da direção da escola entre seus estudantes sobre temas diversificados para serem incluídos no currículo, o tema sexualidade apareceu em um dos primeiros lugares. Então a docente foi convidada pela direção da escola em 2001 para assumir o componente curricular Projeto Diversificado e construir um projeto de ES, que foi elaborado com a participação de toda a comunidade escolar:

Foi muito interessante que, com o tempo, eu fui percebendo que, para um projeto andar, não tinha que ter só a participação do aluno, tinha que ter do professor, tinha que ter da escola, da direção ... de todo o mundo. Então, eu comecei um trabalho de formiguinha. Eu mesma, motivando todo mundo. (Entrevista com a coordenadora)

Ao final do ano, a escola reconheceu a importância do projeto, principalmente após o Simpósio de Sexualidade, em que foram apresentadas todas as atividades realizadas durante aquele período letivo. Na ocasião o projeto foi nomeado Educando para a Vida. Em 2002 o projeto foi contemplado com o Prêmio Escolas de Incentivo à Prevenção de DST/AIDS e Uso de Drogas, da Unesco, o que deu visibilidade ao projeto e ao tema: "Eu comecei o trabalho, todo mundo me olhava assim... Professora falando de sexo (na escola) ... se hoje ainda é meio complicado, imagina há 15 anos... Era complexo. Tinha um certo preconceito." (Entrevista com a coordenadora.)

A cada novo ano letivo, o projeto Educando para a Vida era reavaliado quanto à sua pertinência e permanência. Em 2003, com a repercussão em toda a rede escolar do Distrito Federal, o CED recebeu novo diretor, que incluiu, pela primeira vez, as suas ações no projeto político pedagógico: "Os jovens participam da execução do PPP

(Plano Político Pedagógico) da escola.” (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

Os temas que mais vêm sendo trabalhados de acordo com os estudantes foram, com 22,2% cada: direitos sexuais e direitos reprodutivos; prevenção de DST/AIDS e prevenção da violência. Por outro lado, de acordo com o encarte saúde do Censo Escolar da Educação Básica de 2008, os temas mais trabalhados nas escolas brasileiras foram: 59,9% álcool e outras drogas; 52,6%, DST/AIDS; 48,9%, gravidez, e 29,1%, diversidade sexual (INEP, 2008).

Uma vez que os temas de educação e sexualidade já faziam parte do cotidiano da escola, o curso de formação de assessores, que viria a tornar-se o curso formativo de jovens protagonistas iniciou suas ações. Com o aumento das demandas sobre o tema, alunos passaram a ser formados para tratar dos diversos temas da sexualidade diretamente com seus colegas: “Começamos a perceber que alguns jovens tinham uma maior liderança. Começou com um curso de assessor, nem chamava protagonista.” (Entrevista com a coordenadora.)

Também foi solicitado um curso para pais e professores. Nesta ocasião a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ofereceu um curso sobre esses temas para todos os professores da rede distrital, com 180 horas e direito à certificação e progressão na carreira. Muitos professores foram sensibilizados para o tema. Apesar desses avanços, sempre houve resistência dos professores, mais do que das famílias:

Mesmo assim tinha os contrários. Sempre teve essa resistência. A gente teve sempre que lutar contra ela. (...) Tinha resistência, muita da direção e mais dos professores. E nem tanto a família. A família é o seguinte... você manda um comunicado que vai falar dos temas (...) e os pais, às vezes, surgia um pai dizendo: ‘Meu filho não vai fazer essa aula de sexualidade, mas logo que conversava (...) ou participava de uma reunião via que era importante (...). (Entrevista com a coordenadora.)

Entre 2008 e 2012, o projeto sofreu muitas dificuldades por falta de apoio formal. O tema sofria cada vez mais resistências. Em 2012, o projeto sobre sexualidade foi substituído por educação financeira e excluído do projeto polí-

tico pedagógico. O tema passou a ser incluído na disciplina de biologia, de forma pontual. Os estudantes perceberam que não houve e não há um apoio formal e se queixam da oportunidade de crescimento da estratégia:

Aqui (a ES) não cresce, dentro do Brasil mesmo, não cresce, dentro da região não cresceu. (Por causa da) ignorância das pessoas é (...). Porque pensa que, assim, que a gente trabalhar com prevenção, explicar como utiliza um preservativo, os pais ou professores pensam que isso é banal. Ou, então, pensa que vai ‘tá’ motivando a pessoa a fazer (sexo). Ninguém vai ficar motivado em fazer (sexo) se descobrir como é que coloca uma camisinha ou os benefícios que pode trazer. Eu acho que isso não motiva, mas sim traz a informação. Se eu for fazer algum dia, eu vou, realmente, usar pra não contrair uma doença, entendeu? Pra não ter uma gravidez indesejada, entendeu? Ter que parar meus estudos para cuidar de uma criança. Entendeu? Não cresceu (a ES) por causa disso, a ignorância. (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

À época Educando para a Vida contava com um curso formativo de protagonistas, ministrado pelos próprios jovens. Os pais demandavam cursos e formações, mas só ações pontuais eram ofertadas: “A família está pedindo socorro, ninguém sabe como lidar com essa coisa toda (sexualidade), o jovem...” (Entrevista semiestruturada).

Os temas da sexualidade no CED incluem: direitos sexuais e direitos reprodutivos; doenças sexualmente transmissíveis; prevenção de álcool, cigarro e outras drogas; gênero; gravidez; violência. A frequência do trato dos temas já foi cotidiana, hoje em dia é quinzenal no primeiro semestre e aumenta para semanal no segundo semestre do ano: “Na época em que o projeto está atuando, ajudou muito na redução da violência dentro da escola. É o que eu sinto.” (Entrevista com a coordenadora.)

Os professores declararam quais os temas de ES eram os mais trabalhados pelo projeto: direitos sexuais e direitos reprodutivos (DSDR), prevenção de DST/AIDS, equidade de gênero e prevenção da violência em 20,6% dos casos, seguido por prevenção do cigarro, álcool e outras drogas, com 17,6%.

Um grande parceiro do projeto era então o Centro de Saúde ao lado da escola. Os docentes afirmaram que o principal parceiro da escola

nesses temas é o setor de saúde, com 85,7%, seja por meio do posto de saúde ou outros serviços. ONGs e associações de bairro aparecem em segundo lugar com 21,5%. O CED encaminhava os estudantes para a rede de saúde, que os atendia sem burocracia e sem preconceitos. O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas⁴ (CAPS AD), próximo ao CED, também era relevante parceiro na prevenção ao uso de drogas.

Todos os professores consideraram as atividades de ES como muito importantes (71,4%) ou importantes (28,6%):

O posto de saúde, aqui, é nosso parceiro número 1. (Entrevista com a coordenadora.)

Todos os encaminhamentos que nós temos aqui de jovens que querem ir a primeira vez no ginecologista, acham que está com uma DST, eles recebem e não tem aquela burocracia, fila de espera. Tem um encaminhamentozinho que a gente manda, e eles são encaminhados para a rede de saúde, rapidinho. É bem legal pra gente. E os meninos vão lá ajudar no evento deles. É uma parceria mesmo! (Entrevista com a coordenadora.)

Os estudantes, todavia, se queixaram da falta de apoio dos profissionais de educação da escola: "Trabalhar com a direção (da escola) é a parte mais difícil. É muito mais fácil trabalhar com os alunos (...). É mais fácil de trabalhar com eles do que trabalhar com os professores e com a direção." (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

Desde 2004, a escola disponibilizava preservativos para todos os alunos. Antes era por meio de um "vale camisinha". À época existia cantinho da prevenção, uma pequena sala gerida pelos próprios jovens para disponibilização de materiais e preservativos e também aconselhamento. Ainda assim, os estudantes entendem que o tema da sexualidade e da prevenção deveria estar contido em todos os espaços da escola:

[O que pode melhorar na ES] Tem que pegar a prevenção e focar nas aulas, nos intervalos. Levar realmente pra vida das pessoas. Tinha que estar em cada buraco da escola, em cada canto da escola deveria ter um ponto de acesso à informação, de expressão, de opinião. Entendeu? A informação tem que ser mais

abrangente. Tem que ser macro, não tem que ser micro, tem que envolver a escola em todos os turnos. (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

Em especial no que se refere à ES, o grupo de estudantes reiterou que não se trata de abordar sexo em sala de aula. Portanto, não precisa ser um motivo de constrangimento, garantindo uma visão ampla dessa estratégia, não restrita a uma disciplina, a um professor ou uma atividade: "(Sexualidade na escola) são palestras, roda de conversa, ouvindo na escola que não é um bicho de sete cabeças, que não é um tabu" (grupo focal com estudantes protagonistas).

A pesquisa entre os estudantes indicou que 72,9% dos jovens consideraram que a discussão desses temas na escola os ajudou a tomar decisões mais saudáveis com relação à sua sexualidade, não havendo dados divergentes entre os sexos:

Sexualidade é responsabilidade. (Grupo focal com estudantes.)

Direitos Sexuais e reprodutivos é o educando para a vida. (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

O ponto positivo de trabalhar com ES na escola é realmente levar a prevenção (...). Ter a informação é importante. Ter a disponibilidade, o acesso ao preservativo. Porque, assim, jovens têm vergonha de ir ao posto para pegar o preservativo, têm vergonha de ir à farmácia comprar preservativo. E não têm a informação, tem pessoa aí que nem sabe como colocar uma camisinha. E aqui a gente atua com isso para ensiná-la. Tem pessoa aí que, nossa, num sabe nem de uma DST. E a gente tá ali para passar o tanto, a variedade de DST que tem por aí. (...) Assim, é cada coisa que a informação traz pra gente, que a educação traz que o desconhecimento, e aí você fala, eu não viveria sem isso, sem essa informação, sem esse conhecimento, com essa educação, entendeu? Isso [ES] leva mais educação e informação pra todos. (Grupo focal com estudantes protagonistas.)

O consenso de quase todos os estudantes considerou as atividades de ES importantes (45,9%) ou muito importantes (49,2%). Em outras palavras, o projeto Educando para a Vida de fato estava de acordo com jovens, levando elementos para tomarem decisões quanto à sua sexualidade baseados em evidências e fatos que os

⁴É um serviço de saúde específico para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em decorrência do uso de álcool, crack e outras drogas.

levem por caminhos mais seguros, menos vulneráveis e mais saudáveis: "Sexualidade na escola é conhecimento" (Grupo focal com estudantes).

Com relação à opinião dos professores frente à ES, todos concordaram quanto à relevância: 85,7% consideraram as atividades muito importantes, e 14,3%, importantes. Para ambos os sexos foi a mesma proporção de pouca ou sem importância.

Apesar da avaliação positiva dos estudantes frente à estratégia de ES, consubstanciada no projeto Educando para a Vida, 77,4% dos estudantes relataram ter participado de atividades e ações com esses temas apenas uma única vez ou uma vez ao ano. Destacaram que o ponto negativo da estratégia era a falta de apoio da comunidade escolar: "O ponto negativo (da ES) é a falta de apoio" (grupo focal com estudantes protagonistas).

Com relação à percepção dos professores quanto à frequência do tema de ES, a maioria (83,3%) relatou que as atividades aconteciam entre uma vez por mês e a cada semestre. Reconheceram que as meninas estavam mais expostas às estratégias de ES que os meninos.

Apenas dois professores relataram sua participação em atividades relacionadas à ES, sendo ações sobre equidade de gênero e prevenção de DST/AIDS. Além disso, apenas os professores homens relataram ter participado de formações específicas nesses temas. As formações se concentraram em prevenção de cigarro, álcool e outras drogas e discriminação e violência.

Os docentes, em sua maioria (57,1%), não se consideravam preparados para atuar junto com os estudantes sobre os temas de ES. Isso se devia, em parte, ao tema não estar incluído nos cursos de formação inicial de professores (LOMBARDI, 2014). Por outro lado, não havia formações suficientes sobre estes temas para os professores da rede escolar do Distrito Federal:

"Na época que ele (o projeto) estava mais ativo, ele reduziu muito a violência. Porque os meninos acabam se envolvendo. E aí, assim, essa história, se você deixa de trabalhar, ela vai mudando, ela vai voltando. É o que está rolando." (Entrevista com a coordenadora.)

Conclusão

Verificou-se, pelos comportamentos e perguntas durante os grupos focais, quais estudantes já tinham participado de ações envolvendo

os temas de ES e quais estudantes estavam sendo expostos pela primeira vez aos temas. Entre aqueles já sensibilizados, havia claro interesse pelo tema, inclusive na perspectiva de diálogo com os seus pares e familiares. Os estudantes assinalaram a importância do trato do tema na escola para aproximação familiar e abertura para o diálogo com as famílias. Os alunos da segunda e terceira séries mostraram-se mais à vontade para conversar sobre diversidade sexual, gravidez e formas de concepção do que os colegas da série inicial. Os dados do questionário ratificaram essas constatações.

Ainda em relação aos estudantes, no que se refere às práticas sexuais, neste estudo os adolescentes iniciam uma tendência ascendente a partir dos 12 anos de idade, assim como os indicadores nacionais (IBGE, 2013). Vale destacar que houve casos de atividade sexual antes dos 11 anos, o que sugere uma investigação maior, considerando os casos de abuso e violência sexual de crianças.

Em relação às práticas sexuais, os alunos, percentualmente, demonstraram tendências divergentes aos resultados obtidos pelas pesquisas nacionais de atitudes e práticas sexuais. Destaca-se a proporção de adolescentes e jovens sexualmente ativos deste estudo (50,8%), bem abaixo do resultado demonstrado pela PCAP/2008 (77,6%) (BRASIL, 2008). Neste sentido, percebeu-se que a inclusão da ES na escola não contribuiu para o "estímulo" às relações sexuais, conforme declarado por alguns professores.

Com relação ao acesso ao preservativo, 71,5% dos estudantes afirmaram que a disponibilização do insumo na escola é importante ou muito importante. Além disso, concordaram que há disponibilização do insumo nesse CED e que 15,5% dos estudantes conseguiram camisinha na escola, enquanto os dados nacionais (PCAP/2008) indicam que 16,5% acessam o insumo na escola. Os dados nacionais e os dados da escola indicaram que, onde os estabelecimentos oferecem preservativos, os alunos tendiam a obtê-los na própria instituição escolar. Assim, o acesso ao preservativo no CED foi uma relação direta do projeto Educando para a Vida. Todavia, apesar do acesso e das estratégias de educação em sexualidade, 20,6% nunca usaram preservativo nas suas relações sexuais, o que sugere mais investigação. A maioria dos discentes (42,3%) adquiriu os preservativos em farmácias e supermercados. Em outras palavras, apesar do acesso facilitado, os adolescentes têm barreiras

para obterem o preservativo, que podem ser de natureza individual (vergonha, por exemplo), ou institucionais (a escola controlando o acesso) e preferiram comprá-los em estabelecimentos comerciais. É importante investigar quais são os entraves para esses jovens.

Entre aqueles que conseguiram gratuitamente o insumo de prevenção, 70,1% o fizeram na escola. A camisinha feminina é conhecida por 95,0% dos estudantes, sendo a maioria mulheres (54,1%). Contudo, mais de um terço das alunas (39,4%) afirmou não ter usado preservativos nas relações porque os parceiros não gostavam. Trata-se de um comportamento machista, que leva as meninas a se submeterem aos desejos dos parceiros, sem assertividade para dizerem não. Ao mesmo tempo, as coloca em situação de maior vulnerabilidade frente a infecções sexualmente transmissíveis, inclusive AIDS, gravidez não planejada e violência sexual. Pela análise, pode-se inferir que determinados objetivos do projeto não estão sendo atingidos, sobretudo a sensibilização e o acesso do aluno ao preservativo na unidade escolar, bem como a desconstrução de estereótipos de gênero e o empoderamento feminino, principalmente frente à negociação do preservativo.

Em relação ao uso de preservativo, tanto nos subgrupos populacionais de "população sexualmente ativa na vida", quanto "população sexualmente ativa nos últimos 12 meses", os percentuais de uso de preservativo na primeira e na última relação sexual dos estudantes do CED ficaram acima dos resultados obtidos pela PCAP/2008, provável resultado do projeto.

Com relação à gravidez na adolescência, estudantes e professores perceberam a redução significativa dos casos de gravidez na escola, antes relativamente numerosos. No CED e em outras instituições de ensino no Brasil percebeu-se que a gravidez adolescente ainda é uma realidade. No entanto, atualmente em níveis bastante reduzidos, uma vez que, em tempos anteriores, já foi considerada uma "epidemia" no estabelecimento. As meninas pesquisadas se dividiram em dois grupos: o primeiro considerou a gravidez na adolescente prejudicial à sua vida, ao passo que o segundo encarou como uma felicidade ter um filho nesta faixa etária. Os rapazes foram mais contundentes e consideraram um prejuízo na vida da adolescente.

No que se refere ao conhecimento das formas de transmissão e prevenção da infecção pelo

HIV e outras DST, de seis indicadores analisados, o grupo de alunos pesquisados obteve resultados superiores aos dados nacionais⁵. Foram eles: sangue e secreções são formas de transmissão do HIV (92,7%); uma pessoa pode ser infectada com troca de seringas (88,4%); talheres não são formas de transmissão do HIV e o uso do preservativo é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV (94,7%).

Em relação à testagem para identificação de infecção pelo HIV, 9,3% declararam ter realizado o teste alguma vez na vida. Dos 17 adolescentes e jovens que realizaram a testagem, quatro a realizaram em decorrência do pré-natal; seis por curiosidade, e a maioria, oito, preferiu não responder por quê o fizeram. A maioria (61,5%) daqueles que fizeram o teste HIV era do sexo feminino. Dentre os que responderam à questão relativa ao resultado do teste, dois estudantes apontaram o resultado como positivo.

Em relação ao uso de drogas, de modo geral, os resultados obtidos nesse estudo ficaram acima dos resultados obtidos pela PeNSE/2012, frisando-se, entretanto, que os dados da PeNSE se referem a alunos do nono ano do ensino fundamental. Desta forma, era esperado que a população do CED pudesse apresentar dados mais elevados, uma vez que se trata de alunos do ensino médio. O percentual de adolescentes e jovens que já experimentaram cigarros foi de 34,6%, enquanto os dados nacionais indicam uma taxa de uso de 19,6%. Com bebidas alcoólicas a tendência foi a mesma: 77,4% dos estudantes desse CED já provaram álcool, ao passo que os dados nacionais indicam 66,6% entre os escolares dessa faixa etária.

Na opinião e satisfação dos estudantes sobre as estratégias de ES, 95,1% dos entrevistados aprovaram as ações realizadas, sendo que as mulheres mais (55,8%) que os homens (39,3%). Apenas 4,9% consideraram as atividades de ES sem importância ou pouco importantes.

Segundo os discentes entrevistados, 73,8% identificaram a formação de alunos multiplicadores como importante ou muito importante. Por outro lado, um fator que chama a atenção é o percentual de 26,3% dos estudantes que identificaram as ações de jovens multiplicadores como de pouca ou sem importância. Percebe-se que, segundo as respostas dos estudantes, as atividades de ES possuem variabilidade de frequência e periodicidade, no entanto, as ações concentravam-se em uma ou duas vezes ao ano, com um percentual de respostas de 77,4%.

⁵Considerou-se para análise comparativa os dados da pesquisa de comportamento atitudes e práticas da população brasileira entre 15 e 64 anos (MS, 2008) e a Pesquisa Nacional sobre a Saúde do Escolar, PeNSE/2012 (IBGE, 2013).

Com relação à discriminação, os estudantes fizeram poucos relatos de terem presenciado atitudes discriminatórias dentro da escola. No entanto, para os quesitos raça/cor/etnia e orientação sexual houve uma tendência maior de percepção desse tipo de violência. Os subgrupos populacionais com os quais os estudantes não gostariam de ter como colegas de classe foram usuários de drogas, seguidos por fanáticos religiosos. É perceptível que as teologias políticas estão saindo das esferas privadas e ocupando espaços públicos, o que tem provocando reações adversas à liberdade de expressão religiosa em espaços públicos, particularmente nos espaços educativos.

Esta pesquisa sugere, ainda, que adolescentes e jovens expostos a estratégias educacionais de ES tinham concepções menos preconceituosas frente à diversidade sexual, bem como assumiam atitudes mais atentas quanto à sua saúde, à prevenção de DST e à gravidez. Apesar da narração de algumas atitudes discriminatórias, os estudantes não relataram casos contínuos de violência ou discriminação relacionados a vários fatores. Contudo, foi verificada a presença de estereótipos femininos na investigação sobre gênero, por exemplo: "As mulheres precisam casar, os homens precisam de um bom emprego"; "Gravidez deve ser evitada pelas mulheres"; "As meninas gostam de namorar, os meninos gostam de 'ficar'". As mulheres evitaram negar os estereótipos que foram reafirmados pelos homens. Em outras palavras, o diálogo e as estratégias sobre o estigma e a discriminação na escola levaram a uma percepção da ausência de atitudes discriminatórias e violências relacionadas a esses temas.

Pelos dados gerados e segundo os relatos dos alunos, foram identificados pontos positivos relativos ao projeto:

1. Levar o tema da prevenção, da promoção da saúde e do autocuidado para a vida das pessoas;
2. Facilitar o diálogo entre pais e filhos sobre sexualidade;
3. Acesso à camisinha dentro da escola;
4. Aumento das relações com o serviço de saúde próximo à escola;
5. Jovens protagonistas atuando dentro da escola.

No que se refere aos docentes, ocorreu recusa na participação desta pesquisa: 78,8% dos professores não responderam ao questionário, o que parece sintomático da sua falta de apoio e comprometimento com o projeto e consideraram-se ilustrativos os dados co-

letados deste grupo populacional.

Para 57,1% dos professores havia na escola oferta sistemática de dispensação de preservativos. Para os demais 42,9%, não havia disponibilização de preservativos de modo permanente aos alunos adolescentes. Destacam-se o desconhecimento ou a falta de interesse de alguns docentes em perceber a oferta do insumo de prevenção dentro da escola, seja por motivos particulares, seja por resistência ao trato do tema da sexualidade. Neste cenário, observou-se que 28,6% dos professores consideraram a oferta de preservativos na escola como pouco importante.

Os docentes também foram indagados, em entrevistas semiestruturadas, sobre os motivos da não disponibilização desses insumos. As respostas puderam ser agrupadas, pela ordem, nas seguintes categorias: "porque a lei não permite", "porque os alunos são menores de 18 anos", "porque incentiva a prática de atividade sexual precoce", "por causa dos pais" e "falta de apoio público". Levando-se em conta as três primeiras categorias, pode-se inferir que há indicativos que fazem referência às capacitações. As duas primeiras categorias tinham relação direta com a falta de conhecimento dos marcos legais e normativos, assegurando a inclusão dos temas de ES no currículo escolar e nas práticas educativas. O terceiro motivo está relacionado a crenças que não possuem fundamentação técnica ou científica. Em relação a "por causa dos pais", pode-se considerar um indicativo da necessidade da ampliação do escopo do projeto, que pode ser direcionado também aos pais e responsáveis de alunos em ações de mobilização e sensibilização para a importância do uso de preservativos, assim como a sua desmistificação.

Percebe-se que, ao contrário dos estudantes, segundo as respostas dos professores, as atividades de ES acontecem na escola uma vez por mês (50%) ou a cada semestre (33,3%). Os docentes reconheceram que houve a participação de outros atores na implementação de ES na escola e foram unânimes ao afirmarem que a presença desses parceiros era muito importante ou importante.

Por fim, o corpo docente entrevistado pareceu mais desinformado que seus alunos no que se refere às formas de transmissão e prevenção do HIV. Por outro lado, os professores não apresentaram respostas evidentes de estigma e discriminação contra subgrupos populacionais específicos. No entanto, reafirmaram já terem assistido a cenas de discriminação na escola, principalmente provocados por aparência física (42,3%) e idade (28,6%).

Com base na análise dos dados, foi possível

relacionar alguns pontos positivos identificados pelo corpo docente:

1. Reconhecimento da importância da participação juvenil no trato dos temas da sexualidade;
2. Baixa frequência de atitudes discriminatórias;
3. Redução da violência intraescolar.

Observando-se os resultados obtidos junto aos estudantes, constata-se que o Projeto era reconhecido pelo seu nome e também pelo conjunto de ações. Seus temas, assim como a sua metodologia, eram aprovados, todavia, as suas ações ainda eram insuficientes frente à demanda. Faz-se necessário aumentar a frequência e assegurar a formação docente para que os temas sejam incorporados ao cotidiano escolar em diversas disciplinas.

Por fim, pelos dados obtidos, pode-se afirmar a necessidade de institucionalização das estratégias de educação em sexualidade, seja pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, seja pela diretoria do CED, incorporando os temas ao projeto pedagógico. Vale ressaltar que os temas desenvolvidos pelo projeto fazem parte do *Currículo em Movimento da Educação Básica*.

Não há consenso sobre a idade mais apropriada para a ES. Os jovens deste estudo afirmaram que deveria iniciar na educação infantil, estendendo-se pelo ensino fundamental e médio. Os professores, por outro lado, divergem e parecem ter bloqueios para abordar os temas. Portanto, não foi consensual, neste estudo de caso, que a sexualidade deva ser ensinada na escola. Em contrapartida, admite-se e espera-se que na escola possa ser discutida e, sobretudo, refletida. Um modelo de ES – primando pela presença do diálogo – acaba por alimentar socializações, conhecimentos e proximidade. Os adolescentes e jovens socializados em um quase silenciamento da sexualidade, por outro lado, não se sentem à vontade para falarem sobre o tema com seus pais ou pares. Alguns pais, por sua vez, alimentam mitos de que informações sexuais prematuras possam provocar “tentativas” precoces.

Os estudantes afirmaram considerar a sexualidade na escola como “conhecimento”. O projeto de ES levou elementos e atributos para poderem tomar decisões com relação à sua sexualidade, baseadas em evidências e fatos, trilhando caminhos mais seguros, menos vulneráveis e mais saudáveis.

Apesar dos jovens estarem abertos e sedentos a tratar dos temas da sexualidade nas escolas visto sua falta de conhecimento, há um resultado visível da ausência desses temas, ou seja, a vulnerabilidade juvenil frente à gravidez não planejada e de infecções sexualmente transmissíveis, entre outros.

Com isso, fica evidente a necessidade e o lugar das estratégias permanentes de educação em sexualidade na escola.

Família e professores têm graves dificuldades no sentido de compreender essa estratégia educativa com estratégia de habilidades para a vida além de um discurso de “estímulo” à sexualidade. As maiores resistências são originárias dos próprios educadores, que oferecem um apoio oscilante à ES. Ademais, educar para a sexualidade, também, cria dificuldades para o diálogo intergeracional, além de ampliar o leque de papéis da escola, o que cria mais um empecilho para aqueles que acreditam que não se trata de ser uma função das instituições de ensino. Subjacente a isso está a velha concepção da escola como transmissora de conhecimentos, com a informação levando a palma sobre a formação. Uma vez que valores e crenças são individuais, muitos docentes acreditam que os temas de ES deveriam ser trabalhados unicamente pelas famílias.

Dubet (2004) já havia se perguntado sobre o papel justo da escola e reconheceu que uma instituição de ensino justa é aquela que trata bem os vencidos e que não humilha nem fere os desiguais. Preserva a dignidade e igualdade de princípios com todos. Além disso, Dubet (2004) afirmou que a escola pode ser um espaço de educação e de cultura na instrução. Além de ocupar um lugar nas atividades culturais e esportivas, na organização da própria vida escolar, no atendimento aos alunos fora da classe.

Se a estratégia de ES fosse o jogo de “verdade ou consequência”, os adolescentes e jovens optariam pela verdade. No entanto, pela fragilidade institucional em que é implementada, pela falta de normas claras, a ES acabava por se concretizar com as consequências da ausência de uma política pública, ou como resultado da falta de educação de qualidade para todos. Mais uma vez se vê a urgência de renovação da escola, sob pena de se tornar uma instituição em declínio cada vez maior.

Nota-se que, uma vez efetivadas as estratégias de ES, podem tornar-se uma verdade, em outras palavras, uma realidade na vida de adolescentes e jovens, deixando de conviver com as consequências de gestações não planejadas ou DSTs. Mais verdades e menos consequências na vida de adolescentes e jovens.

Referências

ALTMANN, Helena. Educação sexual em uma escola: Da reprodução à prevenção. In *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 136, 2009. Disponível

em: < http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/01435_a0939136.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. *Saúde e Prevenção nas escolas: atitude para curtir a vida; diretrizes para implementação do projeto*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. *Pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas na população brasileira de 15 a 64 anos*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://i9projetos.com.br/infectologiaemfoco_blog/wp-content/uploads/2011/08/pcap_2008_pdf_19246.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CORONA, Esther. *Educación Integral (de, en, para...) la Sexualidad: en búsqueda de un lenguaje común en una región diversa*. II Congreso Ibero Cubano de Género, Educación, Salud y Desarrollo Humano e V Taller Iberoamericano de Educación de la Sexualidad y Orientación para la Vida, La Habana, 9-11 de julho de 2014.

CUBA. Ministerio de Educación. Programa de Educación de la Sexualidad. *Resolución Ministerial 139/2011*. Havana: Ministerio de Educación, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos*. Brasília: SEEDF, 2013.

DUBET, François. O que é uma escola justa? *CADERNOS DE PESQUISA*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set.-nov. 2004. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2012/pense_2012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Es-*

colar da Educação Básica 2008. Brasília: MEC/INEP, 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

LOMBARDI, C. A. *Relatório final da avaliação: com artigo de proposição de cenários para o aprimoramento da política pública de educação em sexualidade, mapeamento de boas práticas nacionais e internacionais*. Brasília: Unesco, 2014.

NEVES, Mariana Braga; ALENCAR, Vania Roseli de. Obrigatoriedade Educacional para quem? In XII Encontro de Pesquisa de educação do Centro Oeste, 2014, Goiânia. *Anais...* Goiânia: PUC-GO, 2014. v.1

NEVES, M.B.A.S; GOMES, C.A. Gravidez adolescente e juvenil: declínio ou estagnação? *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/multimedia/field/brasil/pdf/orientacoes_educacao_sexualidade_Brasil_preliminar_pt_2013.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde*. Paris: Unesco, 2010. Disponível em: <<http://www.unescodoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

PENSO, M. A et al. A relação entre saúde e escola: percepções dos profissionais que trabalham com adolescentes na atenção primária à saúde no Distrito Federal. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 542-553, 2013.